

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E SAÚDE

MEMÓRIA E SAÚDE: SENTIDOS E DISPUTAS

Nilson Alves de Moraes²

Estudamos a atualidade e estratégias do debate sobre a constituição da memória social e das políticas de saúde. Consideramos tal memória como uma produção sócio-histórica. Entendemos que ela estabelece um campo de lutas e de disputas de sentido envolvendo estratégias e alianças conjunturais. Portanto, trata-se de uma intervenção estratégica e intencional na sociedade. A memória social é um recurso metodológico e político de intervenção e de produção de mudanças. Assim, utilizamos, para análise, discursos verbais e não-verbais.

Palavras-Chave

1. memória social 2. disputa de sentidos 3. políticas de saúde 4.

O TEMA E A CONJUNTURA

A segunda metade do século XX foi marcada por intensa retomada de revisões das teorias sociais valorizadas pelo campo acadêmico e por mudanças comportamentais e relacionais que orientaram gerações no ocidente capitalista. A memória social foi reclamada e, sistematicamente, utilizada como técnica de produção de conhecimento e forma de saber. Considerada não só como possibilidade de multiplicação de significados dos processos em curso como também estratégia para consolidar identidades e expectativas sócio-relacionais, diante da intensidade e velocidade de mudanças que atingiam o projeto moderno e esgotava o novo, tal memória aprofunda um novo campo social do conhecimento em que ela se inscreve como parte fundante e analiticamente privilegiada do presente.

Pensar a memória social, a crítica, a cultura e as instituições, segundo Benjamim (1975), que denuncia o tempo rígido e fragmentado da modernidade ou como Adorno (1976) e a escola de Frankfurt desenvolveram, tornou-se insuficiente diante de uma indústria cultural que precisa ancorar ou administrar, visto que está

¹ Trabalho preparado para apresentação no Seminário Internacional de Memória e Saúde, organizado no Instituto de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, em agosto de 2005.

² Cientista Social, Professor e Pesquisador do Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

submetida à lógica do capital. Foucault(1984) demonstrava a existência da transição de uma “ontologia do presente” para a destruição do passado. Esta mesma percepção encontra-se em Hobsbawn (1995), quando aponta o desafio de “não permitir o esquecimento” adotado como estratégia de Estado.

A MEMÓRIA COMO DISPUTA DE SENTIDOS

A memória social possui e considera as permanências e as rupturas que viabilizam a constituições de novos padrões relacionais, simbólicos e discursivos. Portanto, representam e estimulam representações e produzem ressignificados considerando as universidades e as particularidades que predominam ou se constituem em cada momento histórico, nos modelos relacionais e numa dada comunidade (Moraes, 2003).

A memória social, segundo Moraes, demonstra ser fator de mobilização e produção de significados. Ela não se limita aquilo que vê, aquilo que se lê ou se houve dos diferentes atores que falam sobre ela dos seus lugares e pelos seus lugares, ou seja, conforme diz Mello Santos (2003:14), a memória se constitui dentro de um conjunto de percepções e representações, que ilumina a compreensão da espacialidade da vida social, como um elemento fundamental para conhecer a estruturação desses espaços e da sua valorização diferencial.

Andreas Huyssen em **Memórias do Modernismo**(1996) e **Seduzidos pela Memória**(2000), enfrenta um debate que toca a todos os interessados no campo da memória social. Segundo Huyssen, nas duas últimas décadas o mundo ocidental presencia um “boom do discurso da memória”. O paradoxo transformou-se numa atitude cotidiana: o novo está cada vez mais associado ao passado.

Em **Memórias do Modernismo**, Huyssen demonstra que o fenômeno cultural contemporâneo deixa de ser pensado como apenas ou fundamentalmente a partir da noção de estilo, que os recentes desenvolvimentos das artes, cinema, literatura e multimídias, tornam-se cada vez mais fluidos os limites ou fronteiras entre “culto” e “massivo” e que não basta que se enfatize o aspecto da cultura contemporânea ser fortemente mnemônica, conforme estudiosos do pós-modernismo enfatizam,

destacando que ao lado do aspecto mnemônico constitui-se cotidiana e crescentemente uma cultura inerentemente amnésica. Segundo o autor, acompanhando um debate crescente, a mídia, as redes de informação e o ritmo de incorporação e transformação tecnológica, provoca um processo, cada vez mais intenso que induz ao enfraquecimento da consciência histórica. Esta questão é questão central em sua obra e suscita uma questão: “como pensar a memória e o esquecimento juntos?”

No “**Seduzidos pela Memória**”, Huyssen demonstra como se processou o nascimento de uma política da memória e a sua expansão global. Partindo dos campos de concentração, mostra a “queda do muro”, o discurso da democracia que se instala, encontra-se com Hobsbawm (no pequeno século XX) e penetra no imaginário, nas representações, discursos e padrões relacionais dos espaços urbanos. Mostra como a novidade emergente na sociedade, na economia, e tecnologias do capitalismo condenam e substituem os valores e conhecimentos produzidos e herdados da modernidade. É o “homem novo”, sua nova cartografia e os novos sentidos da memória que produz/viabiliza: arquitetura, mídia, memória, amnésia, monumentos,... O principal: a cidade – lugar privilegiado de concentração tecnológica e relacional – é tomada como texto, um conglomerado de signos.

Marc Augé assume importância na compreensão das tecnologias e das relações societárias no mundo das diversas inter-relações. *Non-Lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Produto da expansão capitalista-urbana, da produção da “modernidade ocidental” e de um modo urbano de socialização e de um modo de vida (longe dos tempos da velocidade, das novas tecnologias e da internet que, segundo Virilio, nos coloca no mesmo espaço-tempo). Herdeira de uma pós-modernidade, de uma modernidade incompleta e subalterna, a memória é definida como um projeto inacabado, a pós-modernidade como estrutura que aposta e tenta constituir a dissolução do eu e na fragmentação da experiência. Augé pensa tal fenômeno como de “sobremodernidade”. A sobremodernidade se refere -mais diretamente- à figura do excesso, da superabundância. Excesso de acontecimentos que dificultam pensar o tempo histórico (cumulativo e irreversível). Globalmente se está condenado a pensar e viver –paradoxalmente- encolhido no desafio planetário.

Excesso que se articula com a superabundância da individualização de referências e – padrões relacionais e societários- ligados aos chamados “investimentos do ego”, à produção de individualidade indiferenciadas que ultrapassam as especificidades das relações de gênero, à redefinição do sentido das liberdades individuais, a reidentificações arquetípicas, à explosão das relações monoparentais, identidades monossexuais e singularizações psicossociais.

É um desafio para o novo espaço urbano. Mata ou no mínimo condena a idéia de espaço-tempo. Não-lugar é um(ou vários) espaço(s) específico(s) de circulação, distribuição e circulação (em luta) de pessoas, símbolos, signos, linguagens, mercadorias(materiais e simbólicas) em que seriam/circulariam os grupos e refugiados sociais do planeta. Lugar de transito, lugar de coexistência indiferentes uma das outras, lugar em que se busca afirmar a identidade e –simultaneamente- constituir um plano único de linguagem(universal). Um lugar condenado a não permitir ou conviver com utopias, um lugar da despolitização de tudo(inclusive da política e da cultura). Neste não-lugar a memória “serve como um guia de turismo, para a identificação cultural”. O não-lugar é um lugar da polifonia, de uma rede polifônica em que se cruzam elementos objetivos, subjetivos, significantes, discursivos,...que permite a constituição de um “modo de consciência”. Nesta perspectiva não há lugar para o processo histórico, mas para a busca/constituição/articulação/produção/... de nexos. Uma perspectiva não-Rousseauiana: trata-se de recriar os contratos mais libertários.

Espaço e tempo constituem desafios para o homem e para o conhecimento. Para a memória social, Berger e Luckmann(1985) demonstraram o tempo vivido como processo de ressignificação de conteúdos a partir dos processos de socialização, corresponde às experiências do sujeito no curso da história pessoal e da vida social. Eles se traduzem em afetos, constituem-se como referências ativos pelo qual enraizamos e produzimos narrativas pessoais e sociais.

O tempo permite entender o sentido da memória do indivíduo ou do grupo social. O tempo produz combinações dos silêncios e vozes ativas ou silenciadas pelos indivíduos e grupos. O distanciamento do tempo, assim como do espaço, produzem ou permitem a produção de abstrações e reforçam o papel do imaginário e representações

sociais na construção da vida social. Abstrações, representações, imaginários sociais presentes em qualquer duração ou momento do tempo.

Os discursos nos permitem transitar por refigurações de fronteiras sociais e simbólicas. Fronteiras que reforçam tempos e espaços diferentes. Diferentes interações e dimensões reguladoras da produção das memórias e de cada memória. A memória se constitui como estratégica como negociação e poder.

A memória foi objeto de construção intelectual do século XX. A memória estava relacionada a uma dimensão individual e revestida de um atributo ou caráter psicológico. No debate intelectual produzido no início do século, Durkheim e Bergson apontam como insuficientes os modos de compreensão da memória e buscam um tratamento sistemático e complexo da questão. Durkheim, enfatizou a importância das relações societárias e sua força nas ações de cada indivíduo. Para Durkheim, cada indivíduo possuía uma possibilidade frente a sociedade que oferecia às relações as delimitações espaço-temporais. Bergson enfrentou o desafio de compreender a memória social sem desconsiderar a sua dinâmica social.

Bergson tomou a definição de memória como um ponto de interseção entre o espírito e a matéria. Para ele é a memória que nos distingue e nos afirma como humanos, ela contrapõe à pura materialidade de nossos corpos à percepção periférica de nossa fisiologia. Bergson considera que é através das imagens que retemos em nossa memória que nos capacitamos para raciocinar, conferir valores, estabelecer julgamentos, acolher, rechaçar e desta forma produzir reflexões e pensamentos. Bergson destaca a memória como uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material, limite e obstáculo.

Halbwachs (1950) constitui os elos que articulam a memória individual e a memória coletiva. Para Halbwachs, a memória individual só faz sentido a partir de relações com determinados grupos, quando inserida em um determinado quadro histórico e social. Isto é, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não deve ser confundida com elas. Que possui uma dimensão própria, específica.

O caráter social da memória, para Halbwachs, evidencia-se no fato que o indivíduo se constitui e se encontra mergulhado –ao mesmo tempo ou sucessivamente-

em vários grupos, instituições e relações sociais. A produção da identidade, segundo este autor, teria sua origem neste ponto ou neste encontro. A identidade seria uma necessidade de estabelecimento de coesão social. Halbwachs afirma que:

“atribuímos a nós mesmos, idéias, reflexões, sentimentos e paixões que foram inspirados por nossos grupos de convivência social. Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros (...) nós não percebemos que não somos senão um eco (...) na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com freqüência nos passam despercebidas” (p.47)

A memória social, segundo Halbwachs, constitui o “suporte social de um determinado grupo” que é circunscrito no espaço e no tempo (p. 84). Desta forma, o autor demonstra que a memória não ultrapassa os limites do grupo e é uma corrente de pensamento contínuo. Este pensamento resulta de uma continuidade que não possui nada de artificial, pois a memória retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo. Isto é, aquilo que é significativo.

Halbwachs ressalta que não existe uma memória coletiva fora do espaço que recebe a marca do grupo e vice-versa:

“o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com eleito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção: é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”(p. 143)

Nora(1993) denominou de *lugar de memória* o espaço em que se guarda uma memória, preservando-a do esquecimento ou um lugar destinado a preservar um valor fundamental para o grupo. Uma memória é demonstração de importância e utilidade para o grupo. Estes *lugares de memórias*, em Nora, são ao mesmo tempo, material, funcional e simbólico. Para Nora:

“o lugar de memória não se reduz em absoluto a monumentos ou acontecimentos dignos de memória, ou a objetos puramente materiais, físicos, palpáveis, visíveis aos que tem tendência a reduzir sua utilização à opinião dos poderes públicos. O lugar de memória é uma noção abstrata, puramente simbólica, destinada a desentranhar a dimensão rememoradora dos objetos, que podem ser materiais, porém sobretudo imateriais(...) trata-se, sobretudo de um sistema simbólico e da construção de um modelo de representações” (p.32)

Para Nora, no mundo moderno, a memória social deixou de estar associada à vivência da tradição e dos costumes, sendo articulada a lugares, outros espaços, além do homem, deixando de se constituir em função ativa do conjunto da sociedade para se constituir como atributo de alguns, tomando forma em lugares determinados – significativos- e passando a depender de agentes e especialmente dedicados à sua produção. Portanto, consideramos que os projetos sociais e as disputas de sentidos se organizam nos *lugares de memórias*. Outra relação possível é o estabelecimento de disputas de sentidos em torno destes *lugares de memórias*.

Moraes(2003) demonstra que a memória é produzida como intervenção intelectual sistemática, constitui e elabora uma estratégia projetiva, ela se dá no presente e responde a demandas específicas dos que recorrem à ela. Mais importante, segundo o autor, ela se constitui no presente e o transforma ou o reelabora segundo as lógicas e recursos em disputas e em processos em desenvolvimento, mesmo quando referida ao passado.

Memória, segundo Moraes, é um esforço organizado de intervenção na própria conjuntura, portanto implicando em intencionalidade, sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades através do Estado, movimentos sociais, saberes institucionais ou não e interesses socio-econômicos .

A memória social deve ser pensada em seu contexto e produção sócio-histórico, portanto, em termos plurais, incluindo suas redes relacionais. A memória, considerada com sentido plural, é uma expressão partilhada de um sentimento e modo de compreender e se relacionar no mundo. Trata-se também de um campo de lutas simbólicas, discursivas e relacionais; lembranças e esquecimentos.

A memória constitui-se como poder. Le Goff(1994) demonstra que "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas". Com Pollak(1989) há a demonstração da convivência e disputa de modelos antagônicos de constituição de memória e seus usos, Há, segundo Moraes, de um lado, uma memória oficial que seleciona e ordena fatos segundo critérios próprios e se constrói considerando ou não silêncios, sombras, esquecimentos, repressões e estratégias de exclusão. De outro lado, há várias memórias sociais subterrâneas que transmitem, conservam e produzem lembranças e comportamentos proibidos, desqualificados ou ignorados pelos discursos e representações predominantes.

As memórias coexistem na cultura, às vezes de maneira conflituosa, às vezes de maneira pacífica e mais ou menos integrada, mas também como sinalização ou explicitação de expectativas tanto em termos relacionais, conceituais como empíricos, isto é, justapondo, integrando ou lutando, numa "rede" de distintas e contraditórias expressões, na prática e nas representações dos indivíduos e grupos. Deste ponto de vista, o autor sustenta que se pode afirmar que a memória constitui uma **"utopia necessária e estratégica"** de produção discursiva, simbólica e relacional para a afirmação ou a retomada de identidades e culturas que se sentem ameaçadas pela existência de outras e, mais recentemente, pelas condições planetárias.

Discutir os diferentes sentidos produzidos pelos "modelos" considerados como memória demonstra, segundo Moraes, a impossibilidade do seu sentido homogêneo e unificado. Examinando essa diversidade percebemos que individualmente ou em grupos há uma busca da sua preservação. Tornou-se um mandamento ou condição para todas as classes, idades, ocupações e gêneros. Em cada um deles, diferentes representações e discursos estão presentes nos agentes sociais e indivíduos.

O século XX colocou a mídia como "lugar privilegiado" na produção e veiculação de sentidos. Goulart Ribeiro (1996), afirma que a mídia constitui o principal lugar de memória das sociedades contemporâneas, o *locus* onde é realizado o trabalho sobre as representações sociais. A mídia, segundo Goulart Ribeiro, estaria subtraindo da história o papel central de constituição e formação de uma memória social.

de um novo tempo. A análise de conjuntura é relacionada a um projeto de intervenção focal.

A natureza da memória é interdisciplinar e se revela em todos os momentos. A memória é estratégica na construção da realidade, da identidade cultural e do patrimônio local. A memória social se constitui num jogo de tensões, símbolos, discursos, representações sociais. Ela possui e considera as permanências e as rupturas que viabilizam a constituição de novos padrões relacionais e discursivos.

Como a memória social demonstra ser um fator de mobilização e produção de significados, não se limita aquilo que se vê, se lê ou se ouve dos diferentes atores que falam sobre ela dos seus lugares e pelos seus lugares, ou seja, conforme Mello Santos (2003:14), a memória *“se constitui dentro de um conjunto de percepções e representações, que ilumina a compreensão da espacialidade da vida social, como um elemento fundamental para conhecer a estruturação desses espaços e da sua valorização diferencial”*.

Espaço e tempo constituem desafios para o homem e para o conhecimento. Berger e Luckmann (1985) demonstraram o tempo vivido como processo de ressignificação de conteúdos a partir dos processos de socialização, que correspondem às experiências do sujeito no curso da história pessoal e da vida social. Eles se traduzem em afetos, constituem-se como referências ativas pelas quais enraizamos e produzimos narrativas pessoais e sociais.

O tempo permite entender o sentido da memória do indivíduo ou do grupo social. O tempo produz combinações dos silêncios e vozes ativas ou silenciadas pelos indivíduos e grupos. O distanciamento do tempo, assim como do espaço, produzem ou permitem a produção de abstrações e reforçam o papel do imaginário e das representações sociais na construção da vida social, isto equivale a dizer, que essas abstrações, representações ou imaginários sociais estão presentes em qualquer duração, movimento ou momento.

Os discursos transitam por refigurações de fronteiras sociais e simbólicas fronteiras essas que reforçam tempos e espaços diferentes. Diferentes interações e

dimensões reguladoras da produção das memórias e de cada memória em particular, tendo em vista que a memória se constitui como estratégica como negociação e poder.

A memória é produzida como intervenção intelectual sistemática, constitui e elabora uma estratégia projetiva, ela se dá no presente e responde a demandas específicas dos que recorrem a ela. Mais importante, segundo o autor, é que ela se constitui no presente e o transforma ou o reelabora segundo as lógicas e recursos em disputas e em processos em desenvolvimento, mesmo quando referida ao passado.

Memória Social é um esforço organizado de intervenção na própria conjuntura, portanto implica intencionalidade sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades através do Estado, movimentos sociais, saberes institucionais ou não e interesses sócio-econômicos.

A memória social deve ser pensada em sua produção e contexto sócio-histórico. A memória, considerada com sentido plural, é uma expressão partilhada de um sentimento e modo de compreender e se relacionar no mundo. Trata-se também de um campo de lutas simbólicas, discursivas e relacionais; lembranças, silêncios e esquecimentos.

A memória constitui-se como poder. Le Goff (1994) demonstra que "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas". Pollak (1989), acrescenta que há demonstração de convivência e disputa de modelos antagônicos de constituição de memória e seus usos. Já para Moraes, existe, de um lado, uma memória oficial que seleciona e ordena fatos segundo critérios próprios e se constrói considerando ou não silêncios, sombras, esquecimentos, repressões e estratégias de exclusão, já de outro, há várias memórias sociais subterrâneas que transmitem, conservam e produzem lembranças e comportamentos proibidos, desqualificados ou ignorados pelos discursos e representações predominantes.

As memórias coexistem na cultura, às vezes de maneira conflituosa, em outras, de maneira pacífica e mais ou menos integrada, mas como sinalização ou explicitação de expectativas tanto em termos relacionais, conceituais como empíricos, isto é, justapondo, integrando ou lutando, numa "rede" de distintas e contraditórias

expressões, na prática e nas representações dos indivíduos e grupos. Deste ponto de vista, pode-se afirmar que a memória constitui uma “*utopia necessária e estratégica*” de produção discursiva, simbólica e relacional para a afirmação ou a retomada de identidades e culturas que se sentem ameaçadas pela existência de outras e, mais recentemente, pelas condições planetárias.

Discutir os diferentes sentidos produzidos pelos “modelos” considerados como memória demonstra a impossibilidade do seu sentido homogêneo e unificado. Examinando essa diversidade percebemos que, individualmente ou em grupos, há uma busca da preservação, da produção de um sentido. Tornou-se um mandamento ou condição para todas as classes, idades, ocupações e gêneros, pois, em cada um deles, diferentes representações e discursos estão presentes nos indivíduos e agentes sociais.

O século XX colocou a mídia como “lugar privilegiado” na produção e veiculação de sentidos.

A Saúde expressa uma palavra polifônica de diferentes usos, sentidos e possibilidades. Saúde quer dizer, ao mesmo tempo, um estado de bem-estar e um setor social. Saúde remete a diferentes situações em diversos níveis: nacional, regional, local. Saúde aponta para uma dimensão individual ou coletiva, para uma questão assistencial ou preventiva. Saúde fala de instituições, políticas, práticas, saberes, indivíduos, projetos sociais, representações e imaginário social.

O papel e o significado da saúde é estratégico para a população. Saúde se coloca no imaginário social como solução de efeitos sociais sobre o corpo ameaçado. Ameaçado pelo imaginário e a sociedade explicita tensões e demandas. Um corpo que também é ameaçado. As condições gerais de existência atingiram as pessoas de forma contundente e uma das mais graves demandas e reclames da sociedade é, ao longo da história, a saúde. Saúde é uma possibilidade de viabilizar a sobrevivência e reverter as condições individuais e sociais deterioradas pelo modelo econômico e cultural.

Desde a segunda metade dos anos 70, quando a retomada da democracia e da justiça social recupera um lugar estratégico nos movimentos sociais organizados, profissionais e militantes das instituições de saúde se empenham na “Reforma Sanitária”. Este não era o primeiro esforço de viabilizar tal reforma, um movimento que não só reunia diferentes projetos sócio-sanitários em torno de uma pauta única ou unificada politicamente, como também pretendia desenvolver um conjunto de mudanças nas instituições, nas políticas, na gestão e nas relações entre o campo da saúde e a sociedade. A idéia de universalização, descentralização administrativa, controle social, desconcentração de recursos, de humanização das relações entre os profissionais de saúde e a sociedade. A idéia move diversos segmentos sociais e esforços de mobilização.

Ao longo deste período, diversos encontros e conferências foram realizadas em todos os níveis da federação (municipais, estaduais e federais), envolvendo diferentes atores e projetos sócio-sanitários. Diversas ações e políticas foram adotadas e ganharam uma identidade legal/institucional.

A Reforma Sanitária, que imprime diversas e complexas mudanças, sem atingir interesses consolidados e sem necessitar de um tratamento revolucionário, coloca em questão uma estratégia reformista do campo sanitário.

Nos anos 90, o Sistema Único de Saúde (SUS) era juridicamente encaminhado e começava a ser implementado. As resistências – (*)de diferentes naturezas –(*) foram sendo administradas. A nova forma do sistema de saúde em que o público e o privado possuíam sentidos articulares e complementares, a nova forma do sistema estava consolidada

A Saúde – considerada como política, instituição, saber e prática – era movida pela lógica da Reforma Sanitária.

